

- d) Fotocópia do cartão de contribuinte;
 e) Documentos comprovativos das funções desempenhadas, emitidos pelas respetivas entidades empregadoras;
 f) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

Os candidatos pertencentes à Universidade do Minho ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do seu processo individual.

Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, a não apresentação dos documentos referidos determina a exclusão do candidato, se a falta dos mesmos impossibilitar a sua admissão ou avaliação.

O júri pode, por sua iniciativa ou a requerimento do candidato, conceder um prazo suplementar razoável para apresentação dos documentos exigidos quando seja de admitir que a sua não apresentação atempada se tenha devido a causas não imputáveis a dolo ou negligência do candidato.

14 — Métodos de Seleção: De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, face às necessidades funcionais acima referenciadas e à importância que assume o seu celeridade suprimimento no contexto do regular funcionamento dos Serviços para que é aberto o procedimento, o presente recrutamento tem, pois, caráter urgente. Assim, nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, deverá ser utilizado apenas um método de seleção obrigatório — Avaliação Curricular, complementado com um método de seleção facultativo — entrevista profissional de seleção.

A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores e resulta da seguinte fórmula:

$$CF=70\%AC+30\%EPS$$

sendo:

CF = Classificação Final;
 AC = Avaliação Curricular;
 EPS = Entrevista Profissional de Seleção.

Tendo em conta a celeridade necessária em razão da urgência deste recrutamento, os métodos de seleção serão utilizados de forma faseada, conforme disposto no artigo 8.º da referida Portaria, e assumem caráter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham valorização inferior a 9,5 valores em cada método de seleção, o que determina a sua não convocação para o método seguinte.

15 — A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida, nos termos do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

16 — A Entrevista Profissional de Seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, nos termos do artigo 13.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17 — Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os critérios de apreciação e de ponderação do método de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

18 — A composição do júri será a seguinte:

Presidente: Doutor Vincenzo Riso, Professor Associado.
 Vogais Efetivos:

Dr.ª Ana Carolina Esteves Pires, Secretária da EA.

Dr.ª Maria José Carneiro Torres Ferreira Oliveira, Técnica Superior.

Vogais suplentes:

Doutora Ana Luísa Jardim Martins Rodrigues, Professora Auxiliar.
 Doutora Maria Manuel Lobo Pinto Oliveira, Professora Auxiliar.

O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

19 — Exclusão e Notificação dos Candidatos: Os candidatos excluídos são notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código

do Procedimento Administrativo. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário tipo para o exercício do direito de participação aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, do Ministro de Estado e das Finanças, disponível na página eletrónica da Universidade do Minho, no endereço <http://intranet.uminho.pt>.

20 — A lista unitária, depois de homologada, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada nas instalações da Universidade do Minho sitas no Largo do Paço, em Braga e disponibilizada na sua página eletrónica no endereço <http://intranet.uminho.pt>.

21 — Quotas de Emprego: De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Os candidatos devem declarar no ponto 8.1 do formulário de candidatura, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, nos termos do diploma supra mencionado.

22 — Em tudo que não se encontre previsto no presente aviso, o procedimento rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, Constituição da República Portuguesa e Código do Procedimento Administrativo.

9 de setembro de 2013. — O Administrador, *Pedro J. Camões*.

207249406

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Médicas

Despacho (extrato) n.º 12127/2013

Por despacho de 29 de agosto de 2013, do Reitor da Universidade Nova:

Foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com os seguintes docentes:

Licenciado Daniel José Leiras Leal Pinto como Assistente Convocado, a tempo parcial (40 %) desta Faculdade, a partir de 1 de setembro de 2013, por um ano, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 140 da tabela aplicável aos docentes universitários;

Mestre Cristina Maria de Jesus Pereira como Assistente Convocada, a tempo parcial (20 %) desta Faculdade, a partir de 20 de setembro de 2013, por um ano, com a remuneração correspondente ao escalão 3, índice 145 da tabela aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

12 de setembro de 2013. — O Diretor, *Prof. Doutor J. M. Caldas de Almeida*.

207250401

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Declaração de retificação n.º 1024/2013

Tendo-se verificado que a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 4 de setembro de 2013, do edital n.º 866/2013, relativo ao concurso para recrutamento de três professores catedráticos para a área disciplinar de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, saiu com inexactidão no que respeita aos pontos «6 — Critérios de seleção e avaliação» e «6.1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto» procede-se à respetiva retificação nos termos a seguir indicados.

Assim, onde se lê:

«6 — Critérios de seleção e avaliação:

6.1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, na área disciplinar de Engenharia Civil e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis

com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso, em particular no domínio específico de Estruturas.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções (um voto deverá ser favorável sempre que o membro do júri tenha atribuído uma pontuação igual ou superior a 50, nos termos dos pontos 3 a 5 do presente capítulo).»

deve ler-se:

«6 — Critérios de seleção e avaliação:

Nos vários itens elencados no presente capítulo deverão relevar os aspetos curriculares na área de Engenharia Civil, em particular no domínio específico de Estruturas.

6.1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, na área disciplinar de Engenharia Civil ou outra considerada adequada e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções (um voto deverá ser favorável sempre que o membro do júri tenha atribuído uma pontuação igual ou superior a 50, nos termos dos pontos 6.3 a 6.5).»

11 de setembro de 2013. — A Vice-Reitora, *Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

207247495

Faculdade de Desporto

Despacho (extrato) n.º 12128/2013

Delego e subdelego por este despacho, nos termos previstos no artigo 18.º, n.º 3 dos Estatutos da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, na Prof. Doutora Maria Joana Mesquita Cruz Barbosa de Carvalho, Subdiretora do Conselho Executivo, as minhas competências próprias e delegadas no período de 17 de setembro a 4 de outubro de 2013, durante o qual me encontro ausente em serviço oficial.

12 de setembro de 2013. — O Diretor, *Jorge Olimpio Bento*.

207250118

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho n.º 12129/2013

Por meu despacho de 9 de setembro de 2013, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º e n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, delego no Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), Professor Doutor José Carlos Dias Duarte Gonçalves, a presidência do Júri das provas públicas para atribuição do título de especialista na área de Performance Musical/Violoncelo, requeridas pela candidata Catherine Strynckx.

11 de setembro de 2013. — O Presidente, *Carlos Manuel Leitão Maia*.

207248637



PARTE G

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 1722/2013

Subdelegação de competências nos Adjuntos do Conselho de Administração, para a Direção Clínica na área Hospitalar

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 7.º dos Estatutos da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 318/2005, de 2 de novembro, e nos artigos 35.º a 41.º, do Código do Procedimento Administrativo, o Diretor Clínico na área Hospitalar do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., subdelega nos Adjuntos do Conselho de Administração, Exmos. Senhores Drs. João José Lopes Serrasqueiro Rossa, assistente graduado de otorrinolaringologia e Rui Miguel Alves Filipe, assistente de nefrologia, que coadjuvam no exercício das funções da Direção Clínica para a área hospitalar competências a responsabilidade de coordenação e a gestão dos seguintes Serviços em articulação com as seguintes Comissões:

- a) Unidade de Gestão Integrada de Cirurgia;
- b) Unidade de Gestão Integrada de Medicina;
- c) Unidade de Gestão Integrada Mulher e Criança;
- d) Unidade de Gestão Integrada de Urgência e Intensivismo;
- e) Centro de Ambulatório;
- f) Centro de MCDT'S;
- g) Unidade de Nutrição e Dietética;
- h) Unidade de Psicologia;
- i) Comissão de Ética;
- j) Equipa de Gestão de Altas;
- k) Comissão de Saúde Materna, da Criança e do Adolescente;
- l) Equipa Intra-Hospitalar em Cuidados Paliativos;
- m) Comissão de Controlo e Infecção;
- n) Comissão de Coordenação Clínica;
- o) Direção do Internato Médico;
- p) Comissão de Colheita e Transplante de Órgãos.

No âmbito das competências subdelegadas:

- a) Assinar os termos de responsabilidade relativos à realização de exames ou tratamentos de utentes noutras unidades de saúde, bem como as autorizações do pagamento de transporte de doentes;
- b) Autorizar, nos termos legais, o acesso a dados clínicos, relativamente a utentes tratados em ambiente hospitalar;
- c) Gerir e coordenar o internato médico no âmbito dos serviços médicos hospitalares;
- d) Propor ao Conselho de Administração a realização de estágios, visitas de estudo e realização de inquéritos para fins de estudo no âmbito dos serviços médicos hospitalares;
- e) Propor ao Conselho de Administração a designação ou destituição de diretores de serviços de ação médica;
- f) Propor ao Conselho de Administração a aprovação dos planos de ação dos serviços de ação médica;
- g) Propor ao Conselho de Administração a Contratação de Pessoal Médico;
- h) Gerir e coordenar, o âmbito da ULSCB, E. P. E., a aplicação do SIADAP ao pessoal da carreira médica da área hospitalar;

No âmbito das competências subdelegadas e relativamente ao pessoal das áreas e serviços em apreço:

- a) Fixar os horários de trabalho e autorizar os respetivos pedidos de alteração;
- b) Autorizar, nos termos legais, a dispensa da prestação do serviço de urgência e a redução horária, de acordo com a legislação aplicável à carreira médica;
- c) Decidir da justificação de faltas, após parecer do respetivo superior hierárquico e nos termos da lei;
- d) Propor ao Conselho de Administração a integração em júris de concursos noutras instituições;
- e) Autorizar o gozo de férias e os respetivos pedidos de alteração;
- f) Visar os pedidos de pagamento de abonos e demais regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos legais;
- g) Propor a concessão de estatuto de trabalhador-estudante, nos termos da legislação em vigor;